

Esclarecimento e dominação: o preconceito no jornalismo

Paola Carloni¹

Resumo: Este artigo discute sobre os preconceitos ideologicamente difundidos pelo jornalismo. Para isso, fundamenta-se no referencial da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Conceitos debatidos pelos frankfurtianos, tais como a dominação, o esclarecimento e a pobreza da experiência, serão essenciais para compreender o funcionamento da sociedade. Ao defender e se alinhar às ideias dominantes, a imprensa reforça os preconceitos sociais e mantém a dominação. Não que esta seja uma prerrogativa da mídia, mas impedir o diálogo crítico com a diferença e a reflexão faz parte desta lógica social de funcionamento. Assim, enquanto um instrumento do sistema político e econômico, a mídia segue a mesma lógica das demais instituições, tais como a educação ou a ciência, sendo mais um dos instrumentos de controle e difusão do preconceito. Para finalizar o artigo, faz-se uma análise em que se percebe empiricamente o preconceito no jornalismo.

Palavras chaves: Esclarecimento. Preconceito. Jornalismo. Informação.

Introdução

Pensar o esclarecimento e a dominação hoje envolve refletir sobre a influência da mídia na sociedade, pois grande parte da população se mantém informada por meio dos conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massas. Por este motivo, pretende-se, neste artigo, sem esgotar o assunto, refletir sobre a relação entre o preconceito e a dominação e a maneira como a mídia os fortifica. Serão pensados, portanto, como alguns conteúdos jornalísticos reforçam a ideologia dominante e mantém os indivíduos alienados, tornando-os intolerantes e aumentando o ódio ao diferente. Por fim, faz-se uma análise empírica da cobertura feita pela Revista *Veja* no mês de abril de 2016, mês em que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff esteve no Congresso Nacional, para perceber essa relação entre o jornalismo e o preconceito.

Percebe-se, a partir da análise de Benjamin (2012), que a informação é o meio moderno de se conhecer sobre o que ocorre no mundo, impedindo a reflexão e a crítica. A informação, para este autor, que se torna a maneira destacada de se conhecer na Modernidade, traz o factual isolado como o que dever ser conhecido, eliminando as possibilidades de reflexão e crítica, impossibilitando o pensamento. Ao eliminar a reflexão, o jornalismo tem

¹ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (2004) e Psicologia (2012) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui especialização em Assessoria de Comunicação (2008 - UFG), é mestre em Educação (2010 - UFG) e cursa o doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (Usp) em que estuda a formação do Jornalista.

um papel importante na criação dos estereótipos sociais e consequentemente reforça o preconceito e o ódio ao diferente, como pode ser percebido empiricamente no último item.

Neste sentido, este ensaio pretende refletir, a partir de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e uma análise empírica, sobre o papel do jornalismo na sociedade e o lugar que ele ocupa em reforçar e manter a ideologia e a dominação que resulta em uma sociedade preconceituosa e conservadora.

Imprensa, esclarecimento e experiências

O surgimento da imprensa², possibilitado pelas diversas transformações ocorridas ao longo do período que se convencionou chamar de Idade Moderna (que tem início por volta do século XV/XVI), transformou a maneira de se transmitir e comunicar os produtos culturais humanos: “verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação”. (BENJAMIN, 2012, p.218).

O autor explica que essa nova forma de comunicação que se destaca na Modernidade é a informação, que se diferencia das antigas formas de se transmitir e comunicar a cultura. Para os frankfurtianos: “A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do factual isolado” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.184). A informação não faz do sujeito um indivíduo esclarecido, mas ao contrário, o torna informado de um monte de coisas e temas, que como afirmaram os autores, não os penetra, ou seja, não os constitui, mas são informações factuais, sem conexão com a história e consequentemente sem sentido para compreender a realidade e a vida. São informações vazias, que não possibilitam a construção de um pensamento para a reflexão.

Para Benjamin (2012) a informação, com sua pretensão de novidade e rapidez, impede a possibilidade de se viver experiências: “O saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação que forneça um ponto de apoio para o qual está próximo. O saber

² Imprensa se refere, originalmente, aos materiais impressos que deram origem ao Jornalismo a partir da invenção da prensa móvel aperfeiçoada por Gutenberg. No entanto, como possibilitou o surgimento do Jornalismo, chama-se, aqui, neste trabalho, de imprensa, aos veículos jornalísticos, de maneira geral, que ganharam as mesmas características de transmissão da informação dos primeiros jornais impressos, mesmo que a origem do termo e as primeiras formas de expressão tenham se dado nos impressos. Veículos jornalísticos esses que hoje chamamos de mídia.

que vinha de longe – seja espacialmente, das terras estranhas, ou temporalmente da tradição – dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade, mesmo que não fosse subsumível ao controle”. (BENJAMIN, 2012, p.219). O saber era fundamentado na tradição e na relação com a autoridade, já a informação precisa de comprovação, ela é imediata e ligada ao factual: “A informação, porém, aspira a uma verificação imediata. Para tal, ela precisa ser, antes de mais nada, “compreensível em si e para si”. (...) Se a arte de narrar é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio”. (BENJAMIN, 2012, p.219).

Desta maneira, a informação toma o lugar da tradição e do saber, que se dava por meio da narração daqueles que podiam experimentar: “O homem, para quem a experiência se perdeu, se sente banido do calendário” (BENJAMIN, 1989, p.136). Esse homem, agora perdido em meio às multidões e à lógica da fábrica, se afasta da sua própria história. Ao não conseguir vivenciá-la e narrá-la, não só se priva de experimentar a vida, mas também priva aos mais jovens, que não entram em contato com a tradição e se perdem num mundo em que não se conhece a história: “Quem encontra ainda pessoas que saibam narrar algo direito? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando a experiência?” (BENJAMIN, 2012, p.123 e 124). Para ele, as ações da experiência estão em baixa, já desde a primeira guerra mundial, o horror do assassinato em série trouxe os combatentes mudos dos campos de batalha.

Hoje, cem anos depois do início da Primeira Grande Guerra, que Benjamin (2012) chama de uma das mais terríveis experiências da história mundial, o emudecimento e o fim das experiências se acirraram ainda mais. A proliferação dos meios de comunicação de massa, o surgimento de novos meios, como a TV e a internet, permitiram uma expansão da informação e uma busca de “conhecimentos” por meio destas ferramentas. Conhecem-se muitas coisas, mas se sabe de muito pouco.

As experiências possibilitavam o entendimento do lugar do homem no mundo, de sua história e de sua relação com uma natureza encantada. O fim das experiências acabou por transformar o mundo em um lugar de pessoas frias e administradas, seguindo a lógica de funcionamento das máquinas.

Para Horkheimer e Adorno (1985), o esclarecimento sempre pretendeu compreender o mundo e livrar o homem de seus medos: “Bacon, “o pai da filosofia experimental”, já reunia seus diferentes temas. Ele desprezava os adeptos da tradição, que “primeiro acreditavam o que os outros sabem o que eles não sabem; e depois que eles próprios sabem o que não sabem”.

(HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.19). Eles citam Francis Bacon para explicar o que se deu na ciência depois de Bacon. Mostra o que já era uma desqualificação da tradição e ainda uma exaltação do saber, que segundo Bacon, é poder. O desencantamento do mundo levou a uma frieza que culminou na incapacidade de experimentar a história e a tradição. A dominação da natureza é a dominação do próprio homem que ao desencantar o mundo tira dele o mistério e tem tudo prontamente revelado: “A civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza, vitória que tudo transforma em pura natureza” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.173). O conhecimento atual tende a naturalizar a cultura e as construções sociais, transformando em natural a dominação e a desigualdade.

Ao tentar dominar a natureza o homem é dominado pela natureza, pois ele também é natureza. O ser humano é natureza e mais do que natureza, pois sua capacidade de reflexão e crítica o colocam no lugar de mudança do natural, criando instrumentos e construindo cultura: “Superando a doença do espírito, que grassa no terreno da auto-afirmação imune à reflexão, a humanidade deixaria de ser a contra-raça universal para se tornar uma espécie que, embora natureza, é mais do que natureza, na medida em que se apercebe de sua própria imagem” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.186). A grande questão que precisa ser entendida para superar a desigualdade, não é a garantia de direitos iguais de dominação, mas a superação da dominação. Na sociedade administrada, em que tudo já está revelado, não há críticas e questionamentos, pois como afirmam os autores, o sujeito que se tenta derrotar, o sujeito pensante, já está derrotado. Percebe-se, em meio à dominação, que culmina em atos preconceituosos, uma tentativa de inverter a dominação, sendo que uma possível solução seria a superação da dominação e não a troca de poder.

Os indivíduos de hoje “conhecem” muito, pois é possível consultar e obter respostas em diversos sites online que permitem o contato com informações sobre o assunto pesquisado, mas este, ao contrário das narrações, não passam a fazer parte das experiências do sujeito. Há um culto aos fatos que se torna o novo mito. A informação só tem sentido quando é nova, relacionada a um fato recente, assim que uma nova informação passa a ser a pauta do dia, a anterior é esquecida:

Se fosse intenção da imprensa fazer com que o leitor incorporasse à própria experiência as informações que lhe fornece, não alcançaria seu objetivo. Seu propósito, no entanto, é o oposto e ela o atinge. Consiste em isolar os acontecimentos do âmbito onde pudesse afetar a experiência do leitor. Os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para esse

resultado, do mesmo modo que a paginação e o estilo lingüístico. (BENJAMIN, 1989, p.106 e 107).

Assim, atendendo à lógica de funcionamento da sociedade Moderna que se fundamenta no modo de produção capitalista, a imprensa não pretende formar sujeitos que vivam experiências, ou mesmo que pensem ou se tornem esclarecidos: “Não há mais nenhuma expressão que não tenda a concordar com as direções dominantes do pensamento, e o que a linguagem desgastada não faz espontaneamente é suprido com precisão pelos mecanismos sociais” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.12). Essa característica não é exclusiva da imprensa, mas os meios de comunicação são mais um produto adaptado e servindo a este sistema, pois mesmo onde a resistência deveria ser mais intensa, como na arte ou na educação, também se serve à dominação.

É possível perceber um discurso recorrente na educação em que se justifica sua qualidade como uma educação formando para o mercado ou ainda com slogans que tratam de “formar pessoas com alta empregabilidade”. Não se discute a educação a partir de uma formação crítica e autônoma, mas a justificativa de qualidade, em muitos casos, são os resultados comprovados pela inserção na lógica capitalista, ou seja, sujeitos bem adaptados ao emprego.

O esclarecimento é contraditório, pois ao mesmo tempo em que leva à liberdade, pode também levar à regressão e à dominação. A questão não é abrir mão do esclarecimento, mas realizar uma crítica interna e perceber as próprias contradições no esclarecimento. Sujeitos bem informados e formados podem tanto questionar a ordem dominantes, como usar essa grande quantidade de conhecimento para se adaptar e trabalhar muito bem na lógica do mercado.

Nesse sentido, a ideologia se torna uma mentira manifesta e o sujeito acaba por apoiar aquilo que lhe destrói. O sujeito exige coerência dos fatos e de si próprio. Essa coerência leva a um enrijecimento, que acaba por aprisionar o sujeito, que também exige essa mesma coerência do outro, desqualificando e desconsiderando aqueles que fogem ao que se estabelece como a regra a ser seguida. Assim, exigir coerência é provocar uma não mudança, a repetição e a própria morte do novo. O sujeito é obrigado a sufocar seus conflitos internos e dúvidas quando precisa ser “coerente”. Aqueles que se opõem a essa lógica caem vítimas do ódio daqueles que se obrigam a seguir com coerência. Esse ódio pode se expressar desde assédios morais ou desqualificações psicológicas, até ataques físicos, agressões que podem mesmo levar a morte. Essa forma de preconceito é muitas vezes legitimado pelo próprio

discurso de um tipo de imprensa que o legitima quando apoia situações de desigualdade e exclusão. Esse discurso pode ganhar eco nos grupos sociais dominantes e mesmo nos dominados. Entender as raízes do preconceito é um ponto importante para discutir a maneira como ele se expressa no jornalismo. Para isso, no próximo tópico, será discutido o conceito e as raízes do preconceito.

A não aceitação do outro: o preconceito e a dominação

No prefácio à primeira edição do livro *Preconceito, Indivíduo e Cultura*, Crochík (2011) fala sobre as dificuldades em escrever sobre preconceito. Não só por ser um assunto complexo, mas por mexer com conteúdos do próprio sujeito que escreve, obrigando-lhe a refletir sobre si, pois: “tenho a convicção, contudo, que somente quando pudermos reconhecer em nós mesmos a violência que criticamos no outro é que poderemos dar início ao entendimento do problema” (CROCHÍK, 2011, p.11).

O preconceito é um problema social, que surge justamente no processo de socialização, mas encontra uma resposta psicológica nas necessidades do indivíduo: “Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta” (CROCHÍK, 2011, p.13).

Um indivíduo preconceituoso tende a ter preconceito em relação a uma diversidade de objetos, o que, segundo o autor, mostra o quanto o preconceito satisfaz muito mais necessidades do preconceituoso do que traz características que seriam inerentes ao objeto/vítima. Assim, os elementos que justificam o preconceito encontram-se enraizados na dominação imposta pela desigualdade social, por isso encontra tantos adeptos na sociedade:

Se um mal tão profundamente arraigado na civilização não encontra sua justificação no conhecimento, o indivíduo também não conseguirá aplacá-lo, ainda que seja tão bem-intencionado quanto a própria vítima. Por mais corretas que sejam, as explicações e os contra-argumentos racionais, de natureza econômica e política, não conseguem fazê-lo, porque a racionalidade ligada à dominação está na base do sofrimento. Na medida em que agredem cegamente e cegamente se defendem, perseguidores e vítimas pertencem ao mesmo circuito funesto. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.159 e 160).

O preconceito é justificado pela lógica moderna de dominação. Ao realizar uma pesquisa com o objetivo de entender a expansão dos grandes movimentos totalitários e sua

propaganda, em particular o ódio de raça e o antissemitismo, Horkheimer e Adorno (1956) constataram que os resultados das investigações não dependiam prioritariamente de condições políticas, econômicas e geográficas, mas: “referem-se às condições sociopsicológicas da moderna loucura totalitária e, para além desta, ao preconceito étnico e nacional, em geral” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p. 173).

Preconceitos estes que precisaram ser fortemente difundidos para a consolidação dos estados nações durante a Idade Moderna, especialmente após as Revoluções Industrial e Francesa, para a consolidação e o fortalecimento do novo modo de produção, o capitalismo: “O nacionalismo, como tantas outras características do mundo moderno, é filho da revolução dupla” (HOBSBAWM, 2005, p.205). Junto com esta forma de dominação, o preconceito contra o estrangeiro foi amplamente difundido e intensificado, como forma de defender e fortalecer a economia. Assim, seguindo a lógica capitalista, o lucro e a dominação são mais importantes do que os seres humanos. Esse processo que se constitui socialmente ganha força em necessidades individuais de expressar o ódio contra as lutas e repressões do processo civilizatório: “É compreensível que o surgimento dos sistemas totalitários não possam ser explicados psicologicamente. Por detrás dos movimentos dos inimigos das massas existem poderosos interesses políticos e econômicos” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.173).

O preconceito, que atende a uma demanda social de dominação, atende, também, às necessidades do próprio sujeito, que acaba por descontar na vítima todo o seu ódio contra as interdições que precisou fazer em si mesmo no processo de convívio social. É impossível viver em sociedade sem uma série de interdições às demandas do sujeito. Assim, essas demandas interditadas são convertidas em ódio em relação a outros seres humanos. Ao se referir aos opressores, Horkheimer e Adorno (1985, p.160) explicam que: “estes, porém, que não se satisfazem nem econômica nem sexualmente, tem um ódio sem fim; não admitem nenhum relaxamento, porque não conhecem nenhuma satisfação”.

A imprensa atua intensamente nesse processo, com matérias que justificam agressões contra o que eles chamam de “bandidos”, que foram criados para expiar a culpa pelos sofrimentos trazidos pelos processos de dominação e desigualdade social concebidos pelo próprio ser humano. Criticam-se os direitos humanos como sendo direito de bandidos: “Essa perspectiva dos “direitos de bandidos” ou da esquerda que os defende ainda é muito presente nos círculos de discussão” (CARLONI e BARROS, 2014, p.84). A ideologia propagada pelos meios de comunicação é que a lógica dos direitos humanos é uma lógica que defende direito de bandido, como mostram Carloni e Barros (2014). Há uma confusão no conceito, fruto da

falta de esclarecimento e da necessidade de dividir o mundo em mocinhos e bandidos: “O sentido dos direitos humanos era prometer a felicidade na ausência de qualquer tipo de poder” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.161). A necessidade de dominação e de expiar a culpa desqualifica o sentido dos direitos humanos, deixando, em muitos casos, seres humanos sem direitos fundamentais que garantam sua humanidade.

Nas matérias jornalísticas, assim como nos demais produtos da comunicação, propagandas, filmes, novelas e programas de entretenimento, o mundo é dividido em mocinhos e bandidos e aquele que não segue as regras sociais, o bandido, deve ser banido da vida social:

A divisão do mundo em “mocinhos” e “bandidos” atua sobre a vaidade do ouvinte. Os bons são definidos de tal modo que, por parte do ouvinte, o sentimento é de que é igual a eles e pode até considerar-se um deles; assim, o esquema economiza a necessidade de provar que se é bom. Depois, a existência dos malvados absolutos oferece uma aparência de legitimidade à descarga dos impulsos sádicos do ouvinte sobre a vítima escolhida. (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.175 e 176).

Os “malvados” devem espionar a culpa por todas as desgraças sociais. Assim, se elegem sujeitos e objetos que se enquadram nessa categoria. Pessoas que vivem em situações marginalizadas, ou objetos que são consequências dessa marginalização, como as drogas ilícitas, são vistas como causa de todo sofrimento humano. E a destruição do malvado, seja o seu encarceramento, sua “conversão” em bonzinho ou mesmo a morte, acabam por satisfazer, narcisicamente, os impulsos instintuais do agressor: “A dominação só pode perdurar na medida em que os próprios dominados transformarem suas aspirações em algo odioso” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.186). Dessa maneira, muitas vezes a aspiração não é por um mundo igual e sem dominação, mas pela inversão do domínio, sempre seguindo a lógica de submeter o outro.

Ao cometer uma violência como justificativa ao combate à violência, o sujeito também se transforma em um agressor e se coloca na mesma condição em relação aquele que ele julga merecer alguma punição violenta por ter violado as regras sociais, seja porque violentou outra pessoa, ou porque questionou essas regras. O ódio em relação ao outro não mede as consequências do ato. Para esta sociedade, merece a mesma punição e a mesma expressão de ódio tanto um sujeito que cometeu um crime bárbaro, quanto alguém que teve coragem de assumir seus desejos e viver a sua sexualidade fora dos padrões sociais; ou mesmo um povo, como os judeus, que podia transitar pelo mundo, à medida que não tinham

uma pátria com residência fixa: “Esses traços são condenados pela dominação porque são a aspiração secreta dos dominados” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.185 e 186).

As características dos sujeitos autoritários, segundo Horkheimer e Adorno (1956), se mostraram bastante rígidas e constantes. Esses sujeitos autoritários, segundo os autores, são muito vinculados à autoridade e possuem sempre os valores convencionais do momento, como a não-crítica, sendo bastante voltados para a capacidade do trabalho, a higiene física, dentre outros. Submetem-se à autoridade do grupo e condenam facilmente os que estão fora do grupo ou a quem eles consideram como inferiores. Pisam naqueles que estão “por baixo” e se curvam aos que estão “em cima”:

Exterioriza-se o sentimento da própria vitalidade: para que se sintam alguém, essas pessoas têm necessidade de se identificar com a ordem estabelecida e essa identificação faz-se com tanto mais agrado quanto mais inflexível e poderosa for esta ordem. Subjacente nessa atitude há uma profunda fraqueza do ego, que se sente incapaz de satisfazer as exigências de autodeterminação da pessoa, diante das forças e instituições onipotentes da sociedade. Esses tipos proíbem toda e qualquer reflexão, porque esta poderia pôr em risco a sua falsa segurança, e desprezam as faculdades específicas subjetivas, a mobilidade intelectual, a imaginação e a fantasia. Aos seus olhos, de fato, o mundo está construído em branco e preto, de modo que o responsável por qualquer mal é a natureza que já existe antecipadamente ou então algum poder oculto. (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.179).

Uma sociedade com sujeitos preconceituosos tende a enrijecer as instituições sociais que foram sócio historicamente construídas e atribuir-lhes um caráter natural, como se a família, o casamento e as demais organizações sociais estabelecidas como regras pelos sujeitos que construíram a sociedade ao longo dos milhares de anos fossem construções dadas a priori, naturalmente, ou por um poder oculto e não socialmente: “Isto permite apegar-se à força de um poder superior e esquivar-se à responsabilidade pessoal” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.179).

Os autores completam dizendo ainda que essas pessoas, apesar de todo discurso otimista e afirmativo, tem um desejo de destruição, inclusive delas próprias: “São propensas ao cinismo e ao desprezo pelos homens. Mas o caráter totalitário não se atreve a confessar esse desejo de destruição e, por isso, projeta-o sobre o inimigo, escolhido ou inventado para este fim” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.179). Esses autores explicam que assim nascem conspirações e movimentos que colocam nas vítimas a culpa por aquilo que eles odeiam neles próprios. E com um discurso autoritário atribuem todas essas características ao

alvo do preconceito e tentam a todo custo destruir as vítimas, retirando seus direitos ou mesmo suas vidas:

A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar de assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta em norma e se sinta poderosa enquanto tal. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p.160).

Horkheimer e Adorno (1956) explicam ainda que em vários entrevistados outro elemento psicológico se fez importante. Grande parte dos caracteres totalitários foram vítimas de relações excessivamente severas ou que se constituíram com falta de afeto e tendem a repetir toda a frieza de que foram vítimas destilando sua vingança contra o elemento que elegem para seu preconceito: “Daí a sua falta de relações com os outros, a superficialidade de seus sentimentos, mesmo com pessoas nominalmente próximas deles”. (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.179).

Os autores explicam que esses sujeitos são vítimas da falta de amor, com profundas lesões psíquicas que tornaram seu ego fraco e vulnerável:

Não quero pregar o amor. Penso que sua pregação é vã: ninguém teria inclusive o direito de pregá-lo, porque a deficiência de amor, repito, é uma deficiência de *todas* as pessoas, sem exceção, nos termos em que existem hoje. Pregar o amor pressupõe naqueles a quem nos dirigimos uma outra estrutura de caráter, diferente da que pretendemos transformar. Pois as pessoas que devemos amar são elas próprias incapazes de amar e por isso nem são tão amáveis assim (ADORNO, 2006, p.134 e 135).

Essa perda da capacidade de amar está relacionada à perda da capacidade de experimentar que se intensifica com o horror que constitui a história do século XX, como as guerras, o holocausto, a intensificação de uma tecnologia voltada para o controle, a dominação e a morte:

Em geral, perderam em grande parte a capacidade de realizar experiências vivenciais e, para modificá-los seriamente, não bastaria instruí-los, alimentar e estimular as suas convicções mais válidas; seria necessário, em primeiro lugar, formar ou reconstruir nesses indivíduos, mediante processos demorados e fatigantes, a capacidade de estabelecer relações espontâneas e vitais com os homens e as coisas. (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.180).

Os autores retomam o problema da questão sobre dividir a humanidade em salvadores e condenados quando se estabelecem sujeitos livres do preconceito e outros preconceituosos. Recai-se, aí, no mesmo erro que propicia a situação de preconceito: “A esse perigo se opôs uma assídua vigilância auto-crítica” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.180). Nos indivíduos que eles denominaram durante a pesquisa “livres de preconceitos” também se observou a existência de um tipo rígido com a formação de juízos estereotipados: “Além disso, também se observou que está muito generalizada uma certa indiferença pelos problemas relativos à sociedade, que se manifesta particularmente na ignorância dos mais simples fatos econômicos e políticos” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.181). Outro problema apontado por eles é a tendência a se personalizar os fatos, justamente quando seria necessário compreender esta questão que se expressa individualmente, mas é uma construção social.

A mídia, de maneira geral, tende a exaltar os casos individuais e levar para o aspecto personalista situações relacionadas ao preconceito. Ao desarticular o problema individual da sua relação com o social, a imprensa impede a análise e acaba por ser mais um instrumento das instâncias dominantes.

A possibilidade de qualquer mudança está justamente na formação e na resistência à dominação:

Nessas condições, só seriam homens verdadeiramente livres aqueles que oferecem uma resistência antecipada aos processos e influências que predispõem ao preconceito. Mas semelhante resistência exige tanta energia que obriga a explicar a ausência de preconceito antes da presença destes. (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.181 e 182).

No entanto, estabelecer receitas de como combater o preconceito não é a solução: “Oferecer receitas tem escassa utilidade. Mas quem teve em conta os feitos a que os agitadores são propensos e adquiriu consciência disso talvez já não sucumba ingenuamente aos seus falsos apelos” (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p.182). Aqueles que tomam consciência do problema tem mais chance de se libertar das ciladas do preconceito.

O preconceito enquanto relacionado ao processo de dominação precisa ser combatido tanto nos aspectos sociais, quanto individuais. Ao se alinhar às ideias dominantes, a imprensa mantém a própria dominação e reforça os preconceitos sociais. Ela elimina o diferente, desqualificando-o e impedindo qualquer diálogo crítico ou auto reflexivo. Enquanto um

instrumento do sistema político e econômico, a mídia segue a mesma lógica das outras esferas sociais, como a própria educação ou a ciência.

Análise empírica do preconceito fomentado pelo jornalismo

Para ilustrar empiricamente a discussão teórica feita ao longo do artigo, será analisada as capas da Revista *Veja* durante o mês de abril de 2016, momento em que tramitava no Congresso Nacional o pedido de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. A escolha por esta revista se deu porque ela é uma das mais vendidas e conhecidas no Brasil.

É possível perceber na revista em questão, uma tendência, como apontada no item acima quando discutida as características do preconceituoso, de dividir o mundo em mocinhos e bandidos (VEJA, 2016a, 2016b, 2016c e 2016d). Em todas as capas das edições 2471, 2472, 2473 e 2474 há uma tendência a colocar o governo ou seus aliados como os grandes vilões do Brasil, desqualificando-os e trazendo termos pejorativos, sem analisar e apontar toda a complexidade do processo histórico do país, nem na própria capa, sempre muito sensacionalista, e nem nas matérias internas, fundamentalmente desconsiderando em sua análise a relação histórica, no Brasil, como, por exemplo, a corrupção desde a colonização, ou mesmo os processos históricos e sociais que constituem o Brasil e levam a este momento histórico.

Na capa da edição 2471 o título é: “O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil” (VEJA, 2016a). Além de sensacionalista, a notícia de capa foi desmentida pela própria embaixada da Itália como é possível ler em matéria publicada no site da empresa Uol: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2016/03/25/embaixada-desmente-veja-sobre-asilo-a-lula-na-italia.htm>. O objetivo da revista era deixar o clima nacional ainda mais tenso do que já estava, visto que ao fomentar a ira da população contra o ex-presidente Lula, aliado da então presidente Dilma, colocava o governo e seus aliados, neste caso o ex-presidente, como um bandido que iria fugir para não ser preso, o que reforça a tese de que o preconceito precisa dividir o mundo em mocinhos e bandidos para que o leitor se identifique com os mocinhos e queira a extinção dos bandidos, simplificando compreensões sociais que são muito mais complexas do que é possível apreender pela informação, como foi discutido no item 1 deste trabalho. A informação sempre rápida e limitada, não consegue compreender toda a complexidade da notícia veiculada. No caso de uma capa isso acaba

recaindo em sensacionalismo, quando tenta trazer um impacto e captar o leitor por uma frase título.

Na edição seguinte (VEJA 2016b), a revista traz para a capa um crime ocorrido em 2002 contra um membro do partido da presidente (Partido dos Trabalhadores – PT) e insinuando na matéria sobre a capa que o crime fora cometido pelo partido em que ele estava. É possível perceber no desencadeamento da construção das capas e das matérias correspondentes a essas capas no interior da revista, que a *Veja* não está preocupada com a compreensão do que ocorre no país, mas em orientar seus leitores no sentido de amedrontá-los, não analisando os fatos políticos em sua complexidade, mas, ao utilizar a superficialidade da informação, acaba por fazer a separação já mencionada em mocinhos e bandidos. No caso da capa da edição 2472 insinua-se que o bandido em questão (o governo e seu partido) é ruim o suficiente a ponto de não só roubar, mas matar.

A edição seguinte (VEJA 2016c) é também muito apelativa, com uma capa que retrata a imagem do Palácio do Planalto, em que está localizado o gabinete da presidente, pegando fogo, eles dizem como frase de capa: “Dilma em liquidação; superqueima de cargos. Corra! Últimos Ministérios”. O objetivo aí é desacreditar o governo e mostrar ação por ação, sem analisar o que ocorre em um processo político e relacioná-los, mas trazer cada fato como com um fim em si mesmo. É possível perceber um tom pejorativo nas próprias palavras em que se diz “superqueima de cargos” e “liquidação” como uma banalização da situação.

Na última capa do mês, já depois da votação sobre o pedido de impeachment da presidente, a capa da revista (VEJA, 2016d) traz uma foto com defeitos em suas bordas mostrando a presidente, como se a foto estivesse se apagando e com o título: “Carta fora do baralho: com ou sem vitória da batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”. A capa traz a primeira parte “carta fora do baralho” grande e destacada e o restante da frase bem menor. Tentando mostrar que já não há mais o que fazer, sendo que o processo ainda passará pelo Senado e voltará ao Congresso, a revista tenta induzir o leitor a acreditar que já não há o que fazer e que os bandidos estão sendo derrotados. Ao derrotar o suposto bandido, cria-se um clima de conformismo, sem olhar para toda a complexidade do processo. Ao se transformar o mundo em mocinhos e bandidos, além de reforçar o preconceito, se perde a complexidade do processo, o que condiz justamente com a discussão teórica feita no primeiro item deste artigo sobre a superficialidade da informação.

Não se questiona os outros envolvidos no processo, como o vice-presidente que assumirá o lugar da presidente se o processo de impeachment for aprovado, ou mesmo o presidente do congresso que conduzia o processo. Mostrando-se progressista, pois supostamente quer uma mudança social com a derrubada da presidente, a *Veja* não questiona o sistema político, mas o que se entende na leitura de suas matérias e das capas é que apenas o impeachment da presidente resolveria o problema, mantendo os mesmos atores políticos. Essa ação supostamente progressista é, na verdade, bastante conservadora, no sentido de manter velhos grupos políticos no poder e ainda o funcionamento como vem ocorrendo nas últimas décadas, com a hegemonia de ideias difundidas por meios de comunicação como a própria Revista *Veja* e ainda com o mesmo funcionamento político e social, sem a proposta de reformas que alterassem o cenário da desigualdade econômica do Brasil.

Conclusão

Pensar os preconceito é uma tarefa difícil, pois implica autorreflexão e uma análise em relação aos próprios preconceitos daquele que se propõe a discuti-lo. Dessa maneira, mexe com a constituição psíquica e com as fragilidades do próprio sujeito que faz a análise.

É possível observar, nas posições veiculadas pela mídia, medos e angústias dos próprios indivíduos que pautam a matéria, daqueles que a produzem e dos que a editam, pois o preconceito faz parte do ser humano à medida que o constitui por meio das interdições necessárias para a construção da civilização, como é possível constatar na análise feita no item 2.

Diante dos problemas econômicos que fazem parte da atual realidade brasileira, eleger mocinhos e bandidos reforça o preconceito e, de maneira superficial, traz a falsa ideia de que eliminar o bandido resolveria o problema, sem compreender a complexidade e os elementos que envolvem tal situação, como se vê no caso em que a Revista *Veja* traz o impeachment da presidente como foco deste momento, sem pensar em todos os desdobramentos e elementos que envolvem esse processo.

Uma mídia marcada pela lógica da dominação capitalista não se propõe a críticas e reflexões, por isso, em muitos momentos reproduz preconceitos, mantendo a dominação e tratando o diferente como algo a ser eliminado, com um discurso conservador que justifica uma necessidade de manter a ordem, mesmo que essa manutenção seja mudar para voltar para o sempre igual. Ao não se aprofundar no processo de impeachment, a Revista *Veja* coloca o

impeachment como a resolução dos problemas brasileiros, sem pensar em todos os elementos que envolvem os problemas, o que acaba por alimentar egos frágeis e impedir avanços humanos essenciais.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª edição - São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 1ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARLONI, P. e BARROS, R. *Diálogos sobre direitos humanos e cobertura jornalística*. In: DIAS, L. e FARIAS, S. (org). *Estudos contemporâneos em jornalismo: (Coletânea 2)*. Goiânia: UFG/FIC, 2014.
- CROCHÍK, José Leon. *Preconceito, indivíduo e cultura*. 3ª edição - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- _____. *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo, Editora Cultrix, 1956.
- VEJA. Edição 2471, ano 49, n. 13 de 06 de abril de 2016a.
- _____. Edição 2472, ano 49 n. 14 de 13 de abril de 2016b.
- _____. Edição 2473, ano 49 n. 15 de 20 de abril de 2016c.
- _____. Edição 2474, ano 49 n. 16 de 27 de abril de 2016d.

Enlightenment and domination: prejudice in journalism

Abstract: This article discusses about the prejudices ideologically disseminated by journalism. For this, it is based on the Critical Theory of the Frankfurt School. Concepts discussed by the theorists of Frankfurt School, such as domination, enlightenment and poverty of experience, will be essential to understand the functioning of society. By defending and align itself to the dominant ideas, the press reinforces social prejudices and maintains domination. Not that this is a media prerogative, but to prevent critical dialogue with the difference and the reflection is part of this operating logic. So while, as an instrument of the political and economic system, the media follows the same logic as other institutions, such as education or science, being one more of the instruments of control and diffusion of prejudice. Finally the article is an analysis that is empirically perceived bias in journalism.

Keywords: Enlightenment. Prejudice. Journalism. Information

Aclaración y dominación: los prejuicios en el periodismo

Resumen: Este artículo aborda los prejuicios ideológicos difundidos por el periodismo. Para ello, fundamentase en el marco de la teoría crítica de la Escuela de Frankfurt. Conceptos discutidos por la Escuela de Frankfurt, como la dominación, la aclaración y la pobreza de la experiencia, serán esenciales para comprender el funcionamiento de la sociedad. Para defender y para alinear las ideas dominantes, los medios de comunicación refuerza los prejuicios sociales y la dominación mantenimiento. No es que esto es una prerrogativa de los medios de comunicación, pero a prevenir diálogo crítico con la diferencia y la reflexión es parte de esta operación lógica social. Por lo tanto, como un instrumento de sistema político y económico, los medios de comunicación sigue la misma lógica que otras instituciones, como la educación o la ciencia, con la mayoría de los instrumentos de control y circulación de los prejuicios. Por último, el artículo es un análisis que se percibe empíricamente lo prejuicio en el periodismo.

Palabras clave: Aclaración. Perjuicio. El periodismo. Información.

Recebido: 27.05.2015

Aceito: 14.11.2015